

## PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE POR MEIO DA PARCERIA PÚBLICO PRIVADA NA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Francilene Macedo Rocha  
UFMG<sup>1</sup>  
[francilenemrocha@gmail.com](mailto:francilenemrocha@gmail.com)

Savana Diniz Gomes Melo  
UFMG<sup>2</sup>  
[sdgmufmg@gmail.com](mailto:sdgmufmg@gmail.com)

1

**RESUMO:** Este artigo é fruto de pesquisa em andamento desenvolvida no âmbito do mestrado em educação a partir de 2015, da Faculdade de Educação (FAE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente – GESTRADOFAE/UFMG. Seu objetivo é identificar, de forma preliminar, o crescente processo de precarização do trabalho docente na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte que se intensifica por meio da Parceira Público Privada. Para tanto, apresenta uma breve síntese do debate em torno da precarização do trabalho docente, como pano de fundo para situar a sua intensificação por meio da Parceira Público Privada. O estudo é pautado em pesquisa documental, tendo como fontes legislações, documentos oficiais e materiais informativos do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte. A expectativa é que o estudo ofereça subsídios para ampliar a compreensão das políticas educativas e refletir sobre a tese da proletarianização do trabalho docente em Belo Horizonte, na atualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Precarização; Trabalho Docente; Parceria Público Privada.

### Apresentação

---

<sup>1</sup>Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, na linha de Políticas Públicas em Educação: Concepção, Implementação e Avaliação. Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da UFMG. Integrante do Grupo de Pesquisa GESTRADO da FaE/UFMG. Professora da Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. *E-mail:* <francilenemrocha@gmail.com>.

<sup>2</sup>Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO/FaE/UFMG). *E-mail*<sdgmufmg@gmail.com>.

Este artigo visa analisar o crescente processo de precarização do trabalho docente na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RMEBH) e identificar sua intensificação por meio da Parceria Público Privada (PPP).

Em 1990, iniciou-se o processo de terceirização na RMEBH por meio da contratação via empresas e, em 1993, também através de cooperativas de trabalho. Como resultado das negociações da greve de 1996 a referida Rede de Ensino conseguiu o fim dos contratos com as cooperativas e alterações nas licitações para contratação das empresas para contratação dos auxiliares de escola (REVISTA EM REDE, 2015).

A partir de 2008, na gestão do prefeito Márcio Lacerda, inicia-se um novo processo de terceirização através das PPPs nas Unidades Municipais Educação Infantil (UMEIs) e Escolas de Ensino Fundamental, o que por sua vez, tem trazido significativas mudanças no trabalho docente. Desse modo, para abordar essa temática, inicialmente será apresentando uma breve síntese do debate em torno da precarização do trabalho docente, como pano de fundo para situar a sua intensificação por meio da Parceria Público Privada. O estudo é pautado em pesquisa documental, tendo como fontes legislações, documentos oficiais e materiais informativos do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte.

### **Precarização do Trabalho Docente**

A partir do início dos anos 1970, o capitalismo atravessa um processo de reestruturação em escala global, objetivando tanto a recuperação dos seus níveis de valorização, quanto à recomposição de sua hegemonia. Nesse contexto, são redesenhadas velhas formas e criadas novas modalidades de trabalho, que configuram o trabalho precário, com o intuito de recuperar as formas políticas, econômicas e ideológicas da dominação burguesa (ANTUNES, 2008). Tal reestruturação compreende de um lado o ajuste estrutural e a reestruturação produtiva e engloba, também, a reforma do aparelho de Estado. Esta reúne, no campo social, as reformas da previdência, da saúde e da educação, setores esses basilares para a saída da crise do capital.

A Reforma do Aparelho de Estado<sup>3</sup> teve seus objetivos e suas diretrizes reunidos pela primeira vez, de forma sistematizada em 1995, no Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado-(PDRE), que fundamentou as propostas de emendas constitucionais,

---

<sup>3</sup>Cf. MELO, 2002.

relativas às reformas abrangendo a área administrativa e previdenciária sob o argumento de conferir ao *serviço público a possibilidade de assimilar os aspectos positivos das organizações e empresas modernas*.

Para tanto, algumas estratégias foram priorizadas, tais como flexibilizar a estabilidade dos servidores públicos alterando as relações de trabalho e emprego no setor público de modo a permitir a demissão por falta grave, por insuficiência de desempenho e por excesso de quadros; permitir regimes jurídicos diferenciados e a admissão por regime celetista; manter admissão por concurso público somente para servidores estatutários; alterar o sistema de aposentadoria e pensões dos servidores, suprimindo as aposentadorias integral e precoce e, vinculando-as ao tempo de trabalho para o Estado ou à contribuição; redução do gasto público mediante a diminuição da participação financeira do Estado no provimento de serviços sociais – educação, saúde, pensões, aposentadorias, transporte público, habitação popular, entre outros – e sua posterior privatização.

No campo educacional, as reformas implementadas no Brasil, na década de 1990, tiveram como foco principal a expansão da educação básica, tendo um duplo enfoque: “a educação dirigida à formação para o trabalho e a educação orientada para a gestão ou disciplina da pobreza” (OLIVEIRA, p.23, 2003). Tais reformas são marcadas, também, pela massificação e pela padronização de certos processos, sob o imperativo da organização sistêmica, garantia da suposta universalidade, que tem ainda por objetivo baixar custos e permitir o controle central das políticas implementadas (OLIVEIRA, 2004).

Em decorrência dessas reformas, ocorreram mudanças na educação não apenas no nível da escola, mas em todo o sistema de ensino, trazendo profundas alterações para o trabalho docente, inclusive alterando e ampliando sua a definição. Assim, “o trabalho docente não é definido mais apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação” (OLIVEIRA, p.1132, 2004). Essas mudanças, em seu conjunto, resultaram em uma reestruturação educacional e, em seu bojo, uma reestruturação do trabalho docente. No excerto abaixo, pode-se depreender algumas dessas alterações na organização escolar:

(...) aumento do número de dias letivos de 180 para 200, que embora tenha contemplado uma exigência do movimento social, se efetivou sem correspondência nas condições de trabalho; nos currículos, com sua flexibilização que, também, atinge a forma de avaliação e a organização escolar, mediante a adoção da noção de competências e na organização do trabalho, na gestão da escola e do sistema escolar, mediante os processos de descentralização financeira, pedagógica e administrativa, e de desregulamentação. (MELO; AUGUSTO, 2004, p.3).

As alterações nas escolas, nos sistemas e no trabalho docente têm resultado em significativa intensificação do trabalho dos professores, e mudanças nas relações de trabalho que repercutem sobre a condição e identidade docente e precarização das relações de emprego, como apontam várias pesquisas de Fanfani (2005), Duarte (2008), Dal Rosso (2008) e Hypólito (2008).

A precarização é um processo central decorrente das exigências do capitalismo, sobretudo, em seu estágio atual de sua reestruturação (ANTUNES, 2008). E, além disso, são consequências dos novos modos de luta pela competitividade e dos novos modos de reestruturação produtiva (CASTEL, 1998).

Segundo, Pochmann (1999), vários fatores tem provocado uma precarização do trabalho docente. Verifica-se isso na redução dos salários; elevação das jornadas de trabalho além da regência, expandindo-a para o tempo livre e não remunerado; progressiva perda de direitos e crescimento de relações de trabalho instáveis.

Oliveira (2004, p.1140) ressalta que os processos de precarização do trabalho do professor nos aspectos relacionados às relações de emprego se referem ao:

Aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a números correspondentes ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público.

Esse processo de precarização, segundo Monlevade (2000), não é recente, mas o mesmo se acentuou após a década de 1960 quando ocorreu um enorme aumento das matrículas no ensino público sem contar com a necessária correspondência orçamentária. Com isso, as condições de trabalho e de remuneração dos docentes foram afetadas por esse processo de expansão.

Em outra perspectiva, Ludke & Boing (2004), afirmam que esse quadro de precarização do trabalho docente é patente indicativo da desvalorização do trabalho docente, conforme pode se depreender do excerto abaixo:

Tal como aparece hoje, a “profissão” docente exibe, mesmo aos olhos do observador comum, sinais evidentes de precarização [...] não é difícil constatar a perda de prestígio social, de poder aquisitivo, de condições de vida e, sobretudo, de respeito e satisfação no exercício do magistério hoje. Todas as vezes que nos lastimamos ao constatar o “declínio da profissão docente” acabamos por nos voltar, em última instância, ao fator econômico, que se encontra na base do processo de “decadência do magistério”, com o concurso, por certo, de outros fatores a ele agregados. Há 30 ou 40 anos, o salário do professor, ou melhor, da professora primária, representava garantia de vida digna para a “profissional” celibatária, ou uma ajuda considerável no orçamento familiar das casadas (p.1160).

Esses autores afirmam que os salários seriam um dos aspectos mais determinantes com relação ao declínio do trabalho docente, representando perda de prestígio e de respeito por esse trabalho. Os salários são assinalados como um dos aspectos mais visíveis do processo de precarização do trabalho docente, principalmente se considerarmos os professores da rede pública de ensino, que são a maioria (SAMPAIO; MARIN, 2004).

Cabe ressaltar que há também outros aspectos do processo de precarização, tais como o estabelecimento de vínculos empregatícios frágeis, por meio das terceirizações, designações, entre outros, que implicam perdas de direitos; a desestruturação dos planos de carreira; imposição da previdência privada e, ainda, a quebra da estabilidade que se consuma por meio das Organizações Sociais (OS).

Nesse contexto, a privatização da educação através da Parceria Público Privada (PPP) para a gestão das escolas públicas vem intensificar esse processo de precarização, ou melhor, dizendo, de proletarianização do trabalho docente.

Para analisar esse processo, toma-se como objeto a Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RMEBH), que vem aumentando as terceirizações na educação desde 1990. E, desde 2010, inicia-se um novo processo de terceirização através das PPPs nas Unidades Municipais Educação Infantil (UMEIs) e escolas de ensino fundamental, o que por sua vez, tem trazido significativas mudanças no trabalho docente.

## **Parceria Público Privada na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte**

A RMEBH, em 2016, reúne 190 escolas de educação básica e 128 UMEIs e 3 Escolas Municipais de Educação Infantil que não são UMEI, com a matrícula de 168.305 alunos, sendo 38.765 na Educação Infantil (creche e pré-escola), 113.690 no Ensino Fundamental (1º, 2º e 3º ciclos), 15.773 na Educação de Jovens e Adultos e 277 no Ensino Especial. Em relação à Educação Infantil, as instituições conveniadas totalizam 197 escolas (Gerência de Informações Educacionais - GINED/SMED, 2016).

Além das atividades de ensino regular, a rede desenvolve diversos programas e projetos. Os principais são: a Escola Integrada, que funciona em 169 escolas (47.658 alunos), a Escola Aberta (média de 58 mil participantes por mês) e o Programa Escola nas Férias<sup>4</sup>.

A Escola Integrada visa ampliar o tempo e as oportunidades de aprendizagem dos estudantes do ensino fundamental nas escolas da RMEBH, sendo nove horas diárias de atendimento aos alunos. A Escola Aberta visa manter 120 escolas abertas nos finais de semana para diversas atividades de lazer, esporte, formação e cultura para a comunidade. O Programa Escola nas Férias é realizado desde janeiro de 2009, tendo como objetivo proporcionar aos participantes atividades de lazer, esporte e cultura no período das férias<sup>5</sup>.

A RMEBH conta com professores efetivos e possui um total de 15.481<sup>6</sup> docentes, sendo 9.957 atuantes no ensino fundamental e 5.524 na educação infantil. O ingresso na carreira docente nos cargos de provimento efetivos se dá unicamente através de concurso público de provas e títulos. O trabalho em sala de aula é organizado com a proporção de 1,5 professor por turma. Assim, para cada dez turmas, há quinze professores, o que permite que haja docentes fora da sala de aula, realizando planos e reuniões pedagógicas em sua jornada normal de trabalho.

Cabe ressaltar que nos últimos trinta anos, a referida rede de ensino, passou por importantes e significativas mudanças englobando a ampliação do atendimento à população, a melhoria da infraestrutura escolar, a construção da gestão democrática das

---

<sup>4</sup>Informações disponíveis no *site* da Prefeitura de Belo Horizonte < <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>>

<sup>5</sup>Informações disponíveis no *site* da Prefeitura de Belo Horizonte < <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>>

<sup>6</sup>GINED - Gerência de Informações Educacionais - Secretaria Municipal de Educação – SME. Acesso dia 17jun. 2016.

escolas e do sistema municipal de educação, por meio da constituição de espaços de participação da comunidade na definição de políticas educacionais e na gestão administrativa das unidades escolares. Algumas dessas iniciativas repercutem ainda hoje nas condições de trabalho e na organização das escolas municipais (ROCHA, 2014). Contudo, muita coisa vem mudando, sob uma nova lógica: a gestorial.

Exemplo disso é o programa do atual governo de Belo Horizonte, mandato de Márcio Lacerda (PSB) na gestão 2013-2016, denominado “*BH Metas e Resultados*”. Este programa<sup>7</sup> foi implantado em 2009, no primeiro mandato do referido prefeito, sendo um novo modelo de gestão estratégica com uma constante avaliação dos resultados das políticas públicas, dos programas e dos projetos em curso. O mesmo possui 12 Áreas de Resultados com seus respectivos Projetos Sustentadores. A educação é uma Área de Resultado, tendo como Projetos Sustentadores a Expansão da Educação Infantil, a Expansão da Escola Integrada e a Melhoria da Qualidade da Educação (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2016).

O Projeto Sustentador Expansão da Educação Infantil tem por objetivo ampliar o número de vagas para o atendimento a crianças de zero a cinco anos na Rede Municipal de Educação e Rede Conveniada. Uma das ações realizadas foi à expansão da educação infantil, por meio da Parceria Pública Privada, a partir do final de 2010, objetivando a construção de trinta novas UMEIs e a reconstrução de duas instituições de atendimento à Educação Infantil, além da construção de cinco novas unidades de Ensino Fundamental<sup>8</sup>.

A PBH adotou o modelo de PPP com o intuito de implementar uma maior quantidade de unidades em operação em um curto espaço de tempo com métodos construtivos inovadores, visando diminuir o déficit histórico na oferta de vagas, principalmente na Educação Infantil. A justificativa da Secretaria Municipal de Educação (SMED) para adoção da PPP é a tentativa de minimizar os problemas contratuais e agilizar a construção de UMEI na cidade de Belo Horizonte. Em 2014 foi

---

<sup>7</sup>Inspirado na reforma empreendida pelo estado de Minas Gerais pelos governadores Aécio Neves (PSDB) e Antônio Anastasia (PSDB), que por sua vez, é inspirada no Plano Diretor da Reforma do Estado Brasileiro, de 1995 (BRESSER PEREIRA, 1999).

<sup>8</sup>Informações disponíveis no *site* <<https://bhmetaseresultados.pbh.gov.br/content/expans%C3%A3o-da-educ%C3%A7%C3%A3o-infantil>>.

realizado aditivo ao contrato da PPP, incluindo a construção de mais catorze UMEIs<sup>9</sup>. Desse modo, serão ao todo 51 unidades de ensino, sendo 46 UMEIs e 5 Escolas Municipais de Ensino Fundamental.

A possibilidade do poder público realizar parcerias com o setor privado se deu por meio da regulamentação da Lei Federal nº 11.079, de 30 de novembro de 2004, que instituiu normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público Privada no âmbito da administração pública.

No âmbito do município de Belo Horizonte, a Lei nº 10.377, de 09 de janeiro de 2012, permite a delegação, por meio de Parceria Pública Privada na modalidade de concessão administrativa, de obras e serviços não pedagógicos relacionados à Rede Municipal de Educação, autoriza a criação de mecanismos de garantia para a referida parceria e a inclusão da concessão no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período 2010/2013.

O primeiro artigo dessa Lei autoriza o Poder Executivo Municipal de Belo Horizonte a delegação, por meio de PPP na modalidade de concessão administrativa e mediante prévia licitação, a realização de obras de construção e reforma, bem como o fornecimento de equipamentos e materiais para UMEIs e Escolas Municipais de Ensino Fundamental e a prestação de serviços não pedagógicos nessas unidades. O parágrafo primeiro desse artigo define que os serviços não pedagógicos são aqueles que servem de apoio ao desenvolvimento das atividades pedagógicas e de formação profissional, tais como manutenção e gestão predial; zeladoria; segurança e vigilância; limpeza e gestão dos resíduos sólidos (BELO HORIZONTE, 2012).

No parágrafo segundo, dessa referida Lei, fica estabelecido que todos os serviços pedagógicos, denominados de atividades-fim de educação e ensino dos estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, bem como a fabricação e distribuição de merendas escolares no âmbito das instituições escolares não poderão ser terceirizados. Os serviços pedagógicos continuarão sendo geridos e prestados pelo Poder Executivo (BELO HORIZONTE, 2012). Desse modo, todos os serviços pedagógicos continuarão a ser geridos pela SMED e todos os profissionais da educação, direção, professores e coordenadores. Estes profissionais são servidores da PBH, admitidos por meio de

---

<sup>9</sup>Informações disponíveis no *site* <<https://bhmetseresultados.pbh.gov.br/content/expans%C3%A3o-da-educa%C3%A7%C3%A3o-infantil>>.



concurso público de provas e títulos. A empresa privada, por sua vez, é responsável pelos demais serviços não pedagógicos das unidades fruto da PPP.

A SMED constituirá Comitês de Governanças, formados juntamente com as Caixas Escolares<sup>10</sup> das unidades de ensino. Esses comitês terão a função de coordenar, disciplinar e integrar os esforços entre a Secretaria e a empresa privada na realização dos serviços que forem objeto da PPP e serão constituídos por representantes da Secretaria e da Empresa Privada. A Secretaria prevê, ainda também, a criação de um Comitê de Ocorrências em cada UMEI, sendo constituídos por um representante da UMEI - servidor público - e um representante da empresa privada parceira - funcionário da empresa atuando na UMEI. Esse comitê terá a função de resolver as ocorrências cotidianas em cada unidade, bem como as prioridades de atuações das partes parceiras na resolução dessas ocorrências, podendo acionar o Comitê de Governança quando não conseguirem solucionar as ocorrências em seu âmbito.

Em Belo Horizonte existe uma empresa/sociedade criada pelo Poder Executivo, por meio da Lei nº 10.003, de 25 de novembro de 2010, denominada Empresa PBH Ativos. Essa sociedade encontra-se sob acionário do Município de Belo Horizonte e tem concessão para titular, administrar e explorar economicamente os ativos municipais, tendo por objetivo desburocratizar a gestão dos ativos municipais e permitir a captação de recursos financeiros para investimentos em infraestrutura e serviços em geral. Pela Lei nº 10.377/2012, mencionada anteriormente, a Empresa PBH Ativos participará da Parceria Público Privada da seguinte maneira:

Art. 4º - Fica autorizada a participação da empresa PBH Ativos como agente depositário e de pagamentos em qualquer estrutura que venha a ser desenvolvida para a constituição de garantias no projeto de parceria público-privada mencionado nesta lei, podendo o Poder Executivo proceder às alterações necessárias em seus documentos constitutivos.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo igualmente autorizado a transferir os bens e recursos referidos nos arts. 2º e 3º desta lei, bem como a gestão das garantias lastreadas nesses bens e recursos, para a empresa PBH Ativos, desde que preservada a sua finalidade de constituição de garantias ou realização de pagamentos no âmbito do projeto de parceria público-privada mencionado nesta lei (BELO HORIZONTE, 2012).

<sup>10</sup>Entidade privada, sem fins lucrativos, com o objetivo de contribuir com os trabalhos da escola municipal. Disponível em:

<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=988983>

Dessa forma, o contrato de PPP será assinado entre a Empresa PBH Ativos com o parceiro privado, e não entre a PBH ou a SMED e esse parceiro. A parceria foi desenvolvida e colocada em prática pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento (SMDE) e pela SMED, através de licitação pública. A concessionária vencedora pelo menor preço, a Odebrecht Properties - INOVA BH, sua empresa, é responsável pela construção das unidades escolas e pela administração das mesmas por um período de 20 anos, nos serviços de apoio - manutenção e operação, relativos à manutenção das instalações elétricas e hidráulicas, limpeza, segurança, sustentabilidade ambiental e compra de mobiliário. Além desses serviços, também ficam a cargo da concessionária as responsabilidades de natureza trabalhista, fiscal, previdenciária, acidentária ou qualquer outra responsabilidade referentes aos seus empregados ou terceiros contratos. O investimento para implantação das 51 novas unidades é de R\$ 250 milhões (INOVA BH, 2016).

Os serviços pedagógicos continuam sob a responsabilidade da PBH e da SMED e os serviços de apoio a cargo da empresa. Desse modo, justifica-se que não se trata da privatização da educação e que com a parceria os diretores das escolas poderão dedicar mais tempo aos aspectos pedagógicos, os docentes terão uma melhor estrutura para lecionar e a prefeitura poderá investir em outros setores (INOVA BH, 2016).

A SMED e PBH afirmam que a adoção da PPP não significa privatização da educação. Entretanto, faz-se necessário compreender as concepções envolvidas em torno da Parceria Público Privada. Desse modo, é necessário explicitar o entendimento de Estado. Para João Bernardo (1998), o capitalismo, em nível mundial, tem-se estruturado sempre em modalidades de articulação do Estado Restrito com o Estado Amplo. Os conceitos de Estado Amplo e Estado Restrito, criados em sua teoria, são assim, explicitados:

(...) O Estado Restrito, inclui apenas o aparelho político reconhecido juridicamente, e tal como é definido pelas Constituições dos vários países, ou seja, governo, parlamento e tribunais, o Estado Amplo inclui todas as formas organizadas do poder das classes dominantes (BERNARDO, 1998, p.41).

As empresas são elementos constitutivos do Estado Amplo. Dessa forma, “as privatizações são o reconhecimento jurídico formal de um processo iniciado há muito, e

que consiste na passagem de instituições do âmbito do Estado Restrito para o do Estado Amplo” (BERNARDO, 1998, p.48).

A ideia do que seria a PPP surge no Brasil na década de 1990 por meio das privatizações de estatais e da flexibilização dos serviços públicos, sendo regulamentada em lei somente em 2004.

A PPP é considerada como:

(...) um acordo firmado entre a Administração Pública e a pessoa do setor privado, com o objetivo de implantação ou gestão de serviços públicos, com eventual execução de obras ou fornecimento de bens, mediante financiamento do contratado, contraprestação pecuniária do Poder Público e compartilhamento dos riscos e dos ganhos entre os pactuantes. Trata-se de uma espécie de concessão de serviço público denominada concessão especial. (MARINELA, 2007. p. 484.)

11

Analisando a PPP, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte (Sind-REDE/BH)<sup>11</sup> destaca que a lógica é simples, porém cruel. O Estado passa por longos anos a cortar verbas da educação, demonstrando para a população que é incapaz de sustentar uma educação pública. Dissemina a falsa concepção de “incapacidade de gestão”, de “má qualidade” e a iniciativa privada é vista como a salvadora, a “capaz”, aquela responsável por uma “gestão eficiente”. Entretanto, a história mostra como esses elementos se desenvolvem na prática. O resultado é uma educação de péssima qualidade voltada apenas para o mercado de trabalho, sem preocupação alguma com a formação humana e crítica do indivíduo. Sem falar nos aspectos práticos de sucateamento estrutural e privatização de um setor chave para a construção de uma sociedade<sup>12</sup>.

Na análise das finanças públicas da capital mineira, sobretudo no que se refere aos seus investimentos no setor da educação, publicada na cartilha produzida pelo ILAESE (Instituto Latino Americano de Estudos Sócio Econômicos) conjuntamente com o Sind-REDE/BH, é constatado o crescimento vertiginoso da terceirização em

---

<sup>11</sup>O Sind-REDE/BH representa todos os trabalhadores em educação da RMEBH ativos e inativos: Professores do Ensino Fundamental e Médio; Professores da Educação Infantil; Auxiliares de Biblioteca, Secretaria e Serviços Gerais; Trabalhadores Terceirizados pelo Caixa Escolar. A diretoria do Sind-REDE/BH é colegiada e composta de 30 integrantes, todos profissionais da educação municipal, com o mandato de três anos. Segundo dados de outubro de 2015, do Departamento Administrativo do Sind-REDE/BH são registrados 5.057 filiados.

<sup>12</sup>Disponível em: <[http://www.redebh.com.br/wa\\_100.html](http://www.redebh.com.br/wa_100.html)>

2014. Em apenas um ano a terceirização cresceu 27% no município, correspondendo um crescimento de mais de meio bilhão de reais em atividades terceirizadas. É exatamente no ano de 2014 que se deu a expansão da PPP entre a Odebrecht e a PBH, que além de expandir o contrato já vigente com construtora, passou a ser responsável pela construção de 51 unidades escolares no lugar das 37 previstas inicialmente. Além da construção das unidades, a empresa privada é responsável pelos serviços de apoio. Desta forma, observa-se um crescimento de 109% dos custos com serviços terceirizados (Sind-REDE/BH, 2016).

Desse modo, percebe-se que a PBH ao invés de aplicar recursos para a valorização dos profissionais da educação, principalmente para remuneração condigna aos professores prefere gastar com serviços terceirizados, principalmente por meio da PPP. Isso contribui para uma maior precarização do trabalho docente no que se refere à flexibilização dos direitos trabalhistas, além da descentralização financeira e administrativa das escolas (MELO; AUGUSTO, 2004).

O avanço da terceirização pode ser ainda maior, considerando que foi votada em primeiro turno no final de 2015 o Projeto de Lei (PL) nº 1.581/2015 que prevê a criação do Serviço Social Autônomo (SSA), uma entidade paraestatal no município com o propósito de firmar e gerir convênios e parcerias para a prestação de serviços nas áreas de Assistência Social e de Educação. O SSA é uma pessoa jurídica de direito privado “sem fins lucrativos” que ficará sob a responsabilidade do prefeito a indicação de quem irá administrá-la. Trata-se de uma forma sutil de terceirização, que além de passar a administração para o setor privado, permite a terceirização através de convênios e todos os requisitos exigidos por uma licitação. Uma das consequências desse projeto para a educação, caso seja aprovado em 2º turno, é que “as escolas e UMEI’s poderão ser repassadas para o SSA gerenciar, tirando a autonomia administrativa e pedagógica, fazendo com que a Comunidade Escolar deixe de ter o controle de uma instituição pública” (Sind-REDE/BH, 2016, p. 22).

Recentemente, em maio de 2016, a SMED anunciou a demissão dos vigias das escolas municipais e UMEI’s para instalar alarmes de segurança, sendo que a empresa responsável pela instalação e manutenção será a INOVA BH, a mesma empresa da PPP que foi denunciada por envolvimento por pagamento de esquemas de corrupção de partidos e políticos (Sind-REDE/BH, 2016). O sindicato juntamente com os

trabalhadores entrou com ação na Justiça do Trabalho reivindicando a suspensão da demissão, esse processo encontra-se em discussão na justiça.

Desse modo, observa-se que o cresce processo de terceirização, bem como a demissão dos vigias demonstra que o compromisso da PBH é com as grandes empresas em detrimento dos direitos dos trabalhadores que vem aumentando ainda mais o processo de precarização do trabalho docente na RMEBH. A SMED e a PBH, por sua vez, afirmam que não se trata da privatização da educação porque os serviços pedagógicos não são terceirizados e continuam sendo realizados por professores concursados. Entretanto, nas UMEIs fruto da PPP há um gestor, funcionário da empresa INOVA BH, que realiza os serviços administrativos da instituição. A gestão passa a ser compartilhada entre os gestores escolares e o gestor privado. A instituição pública deixa de ser gerida exclusivamente pela gestão pública, perdendo sua relativa autonomia administrativa. Porém a SMED adota um discurso que o aumento no custo desses serviços administrativos pelo parceiro privado se converterá em benefícios para a gestão pedagógica em cada UMEI da PPP.

13

### **Considerações Finais**

Este artigo buscou identificar o crescente processo de precarização do trabalho docente na RMEBH e identificar sua intensificação por meio da PPP. Desde 2010, iniciou um novo processo de terceirização na referida Rede de Ensino, através da PPP nas UMEIs e escolas de ensino fundamental, o que por sua vez, tem trazido significativas mudanças no trabalho docente.

Pode-se observar que há um claro conflito entre as políticas em curso na RMEBH e os direitos da classe trabalhadora. O projeto econômico em Belo Horizonte, amplia a defasagem entre as forças em disputa - gestores públicos, empresa privada, sindicalistas e trabalhadores -, sobretudo pela crescente perda de direitos do trabalho que vem progressivamente avançando, e que se expressam na precarização das condições de trabalhos dos docentes. As legislações garantem efetivamente, mecanismos e condições para os interesses do setor privado que avança notoriamente na área da educação, em detrimento dos interesses da classe trabalhadora.

Mas essas são apenas indagações de um estudo em curso, portanto, um debate ainda em aberto.

## Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?* Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008. Disponível em:

<http://www.fundacentro.gov.br/Arquivos/sis/EventoPortal/AnexoPalestraEvento/Mesa%201%20-%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf> Acesso em 30jun. 2016.

BELO HORIZONTE. *Lei nº 10.003, de 25 de novembro de 2010 que autoriza a criação de sociedade sob o controle acionário do município de belo horizonte e estabelece outras disposições relativas à atuação da entidade.* Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/showinglaw.pl>. Acesso em 30 jun. 2016.

BELO HORIZONTE. *Lei nº 10.377, de 09 de janeiro de 2012, que Autoriza a delegação, por meio de parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa, de obras e serviços não pedagógicos relacionados à Rede Municipal de Educação, autoriza a criação de mecanismos de garantia para a referida parceria e a inclusão da concessão no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período 2010/2013, e dá outras providências.* Disponível em:

<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1072947>. Acesso em 30 jun. 2016.

BERNARDO, João. *Estado: a silenciosa multiplicação do poder.* São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.* Petrópolis: Vozes, 1998.

DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho!: A intensificação do labor na sociedade contemporânea.* São Paulo: Boitempo, 2008.

DUARTE, Adriana M. C. O trabalho docente na educação básica: novas configurações e formulações teórico conceituais. In: SEMINÁRIO DA REDE LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE TRABALHO DOCENTE– REDE ESTRADO, 7., 2008, Buenos Aires. Anais... Buenos Aires: REDE ESTRADO, 2008. 1 CD-ROM.

FANFANI, E. T. *La condición docente.* Siglo Veintiuno Editores: Buenos Aires, 2005

GINED - Gerência de Informações Educacionais - Secretaria Municipal de Educação – SME, 2014. Disponível em <http://intranetpbh.gov.br>. Acesso ao sistema de dados em: 17 jun. 2016

HYPÓLITO, Álvaro M. Intensificação e autointensificação do trabalho docente no contexto da reestruturação educação. In: SEMINÁRIO DA REDE LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE TRABALHO DOCENTE– REDE ESTRADO, 7., 2008, Buenos Aires. Anais... Buenos Aires: REDE ESTRADO, 2008. 1 CD-ROM.

INOVA BH. Disponível em: <http://www.inovabh.com.br/>. Acesso em 30 jun. 2016.

LÜDKE, Menga; BOING, Luiz A. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo. Salvador: Jus Podivm. v. I. 3. ed.

MELO, Savana Diniz Gomes; AUGUSTO, Maria Helena Oliveira Gonçalves. A (des) valorização do magistério na rede pública estadual de Minas Gerais. *Trabalho & Educação* (UFMG), Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 139-151, 2004.

MONLEVADE, João A. C. *Valorização salarial dos professores: o papel do piso salarial profissional nacional como instrumento de valorização dos professores da educação básica pública*. 2000. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n.89, p. 1097-1100, set. Dez. 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A. *Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Disponível em: <https://bhmetaseresultados.pbh.gov.br/>. Acesso em: 21 jun. 2016.

ROCHA, Maria da Consolação da, et al. *Revista em Rede*. Belo Horizonte: Sind-REDE/BH, 2015.

ROCHA, Maria da Consolação. As políticas de valorização do magistério na capital mineira: desafios para a ação sindical. In: OLIVEIRA, D. A.; MELO, S. D. G. (Org.).

*Sindicalismo docente: desafíos e perspectivas.* CCS Gráfica e Editora: Camaragibe, 2014, p. 449-468.

SAMPAIO, Maria M. F.; MARIN, Alda J. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1145- 1157, set./dez. 2004.

SIND-REDE. Disponível em: <[www.redebh.com.br/](http://www.redebh.com.br/)> Acesso em: 21 jun. 2016.